

ENTRE HISTÓRIAS E EDUCAÇÃO POPULAR: SABERES, DIÁLOGO E EMANCIPAÇÃO SOCIAL**BETWEEN STORIES AND POPULAR EDUCATION: KNOWLEDGE, DIALOGUE, AND SOCIAL EMANCIPATION** <https://doi.org/10.63330/aurumpub.020-049>**Arthur Henrique Lux**

Doutor em História pela UFPR. Professor Adjunto da UNINASSAU Recife / PE e membro do LAEH - UFPE

E-mail: arthurhlux@outlook.com

RESUMO

Este capítulo apresenta uma reflexão crítica sobre a Educação Popular como proposta pedagógica e política voltada à emancipação dos sujeitos e à transformação social. Longe de se restringir à sala de aula ou à mera transmissão de conteúdos, a Educação Popular articula saberes produzidos no cotidiano, no senso comum, nas tradições populares e na ciência, valorizando o diálogo como princípio formador.

A partir de suas raízes históricas no Brasil — com destaque para experiências como o Movimento de Cultura Popular, o Movimento de Educação de Base e as 40 Horas de Angicos —, o texto evidencia o papel da Educação Popular como instrumento de resistência às desigualdades e às exclusões históricas. O educador popular é apresentado como mediador crítico e ético, capaz de fomentar a consciência política dos educandos e de atuar como sujeito de transformação.

Além disso, são analisados os projetos comunitários como espaços privilegiados para a circulação de saberes e práticas formativas, ressaltando sua relevância frente aos desafios sociais contemporâneos. Por fim, a análise do filme *Quanto vale ou é por quilo?* permite problematizar as diferenças entre assistencialismo e emancipação, reforçando a atualidade da Educação Popular como prática de liberdade e justiça social.

Palavras-chave: Educação popular; Narrativas e saberes; Diálogo transformador; Emancipação social.

ABSTRACT

This chapter presents a critical reflection on Popular Education as a pedagogical and political proposal aimed at the emancipation of individuals and social transformation. Far from being restricted to the classroom or the mere transmission of content, Popular Education articulates knowledge produced in everyday life, in common sense, in popular traditions, and in science, valuing dialogue as a formative principle.

Starting from its historical roots in Brazil — highlighting experiences such as the Popular Culture Movement, the Basic Education Movement, and the 40 Hours of Angicos — the text highlights the role of Popular Education as an instrument of resistance to historical inequalities and exclusions. The popular educator is presented as a critical and ethical mediator, capable of fostering the political awareness of the learners and acting as an agent of transformation.

In addition, community projects are analyzed as privileged spaces for the circulation of knowledge and formative practices, emphasizing their relevance in the face of contemporary social challenges. Finally, the analysis of the film *How Much Is It Worth or Is It Per Kilo?* allows us to problematize the differences between welfare and emancipation, reinforcing the relevance of Popular Education as a practice of freedom and social justice.



Keywords: Popular education; Narratives and knowledge; Transformative dialogue; Social emancipation.



1 INTRODUÇÃO

A Educação Popular constitui-se como um campo teórico-prático que articula saberes, culturas e experiências sociais, orientando-se pela perspectiva da emancipação humana. Mais do que um método de ensino, trata-se de uma concepção pedagógica e política que se enraíza nas lutas históricas do povo brasileiro. Está intimamente vinculada ao enfrentamento das desigualdades sociais e à valorização dos saberes produzidos nas comunidades.

Nesse contexto, Paulo Freire (1987, p. 29) afirma: “ninguém ignora tudo, ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa, todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre.” Essa citação evidencia a centralidade do diálogo e da troca de experiências como fundamentos essenciais da prática educativa popular.

Importante destacar que a Educação Popular não se restringe ao espaço escolar formal. Pelo contrário, expande-se por meio de práticas comunitárias, movimentos sociais, projetos culturais e iniciativas voltadas à saúde e à cidadania. Carlos Rodrigues Brandão (2002, p. 45) ressalta: “não há educação popular sem a valorização dos saberes produzidos pelas classes populares, que carregam em si resistência e identidade.” Com isso, amplia-se o conceito de educação, superando a visão reducionista que equipara aprender a simplesmente memorizar conteúdos escolares.

Este capítulo analisa os principais conceitos que estruturam a Educação Popular, abordando suas raízes históricas, a relação entre senso comum, saber popular e conhecimento científico, o papel do educador popular e a importância dos projetos comunitários como espaços de circulação de saberes e práticas emancipatórias.

2 RAÍZES HISTÓRICAS DA EDUCAÇÃO POPULAR NO BRASIL

No Brasil, a Educação Popular tem raízes especialmente visíveis nas décadas de 1950 e 1960, quando surgiram iniciativas marcantes como o Movimento de Cultura Popular (MCP), o Movimento de Educação de Base (MEB) e a emblemática experiência das 40 Horas de Angicos. Esses projetos demonstraram que o processo de alfabetização poderia ser, simultaneamente, uma prática educativa e uma ação política, contribuindo para o fortalecimento da consciência crítica e da participação cidadã.

Paulo Freire (1967, p. 40) expressa essa articulação ao afirmar que “a leitura da palavra deve estar sempre articulada à leitura do mundo”, indicando que a alfabetização vai além da decodificação de símbolos, envolvendo a interpretação crítica da realidade vivida.

Durante o regime militar, a Educação Popular assumiu um papel de resistência. Encontrou abrigo e continuidade nas Comunidades Eclesiais de Base e em movimentos sociais que preservaram a dimensão política e comunitária da educação. Nesse sentido, Gohn (2011, p. 72) observa: “a Educação Popular floresce nas práticas sociais dos movimentos, associações e projetos comunitários, sempre como resposta



a desigualdades, exclusões e silenciamentos históricos.” Trata-se, portanto, de uma prática educativa que emerge da vida social e não como mera extensão da escola formal, mas como uma forma de ação cultural transformadora.

Além de seu caráter histórico, a Educação Popular fundamenta-se em princípios que a distinguem dos modelos tradicionais de ensino, como o modelo bancário proposto por Freire. Entre esses princípios, destacam-se: o diálogo como prática epistemológica; a valorização da experiência e da cultura dos educandos; a articulação entre teoria e prática; e o compromisso político com a emancipação social.

Streck (2014, p. 58) reforça esse entendimento ao afirmar que “a Educação Popular, ao articular ciência e saber popular, rompe a dicotomia entre conhecimento erudito e prático, criando possibilidades de emancipação.” Com isso, rompe-se com a suposta neutralidade da educação tradicional, inserindo a prática educativa no campo das disputas políticas e sociais.

Compreender a Educação Popular, portanto, é reconhecer que ela não se limita a metodologias alternativas, mas configura uma pedagogia profundamente comprometida com a transformação dos sujeitos e dos contextos sociais em que estão inseridos.

3 SABERES EM DIÁLOGO: SENSO COMUM, SABER POPULAR E CONHECIMENTO CIENTÍFICO

Um dos eixos fundamentais da Educação Popular é a valorização e a articulação entre distintas formas de conhecimento. Essa perspectiva reconhece que os saberes produzidos no cotidiano das pessoas — frequentemente marginalizados pela ciência tradicional — possuem legitimidade e potência educativa.

O senso comum, por exemplo, nasce da experiência cotidiana e oferece explicações práticas e imediatas sobre o mundo social. Ainda que muitas vezes desqualificado, ele constitui base importante na organização da vida coletiva. Paulo Freire (1987) destaca que “é a partir da experiência concreta que se inicia a reflexão crítica”, indicando que o senso comum pode e deve ser o ponto de partida nos processos educativos voltados à conscientização.

Já o saber popular representa um acúmulo histórico de práticas, memórias, crenças, religiosidades, modos de trabalho e tradições orais que se transmitem entre gerações. Brandão (2002, p. 45) observa que “os saberes produzidos pelas classes populares carregam em si resistência e identidade”. Esses saberes, longe de serem considerados inferiores, expressam valores, modos de vida e estratégias de enfrentamento social que revelam uma profunda compreensão do mundo.

Por sua vez, o conhecimento científico distingue-se por sua sistematização, pelo rigor metodológico e pelo compromisso com a crítica. No entanto, como lembra Streck (2014, p. 37), “a ciência é uma construção social, marcada por interesses, contextos históricos e valores”. Ou seja, também o saber científico é situado, não sendo neutro nem absoluto.



O desafio colocado pela Educação Popular é romper com a hierarquia rígida que opõe essas formas de conhecimento, promovendo um diálogo que reconheça tanto a densidade da experiência popular quanto a importância do método científico. Essa abordagem permite que os educandos conectem seus próprios saberes a outras formas de leitura e interpretação da realidade, ampliando sua capacidade crítica.

A prática educativa popular, portanto, não rejeita a ciência, mas propõe sua integração crítica e contextualizada. Quando mediada por educadores sensíveis à diversidade cultural, a **circulação de saberes** torna-se uma via para a emancipação, pois cria espaços em que diferentes formas de conhecimento podem coexistir, dialogar e se fortalecer mutuamente.

4 O EDUCADOR POPULAR COMO MEDIADOR E SUJEITO POLÍTICO

O educador popular desempenha um papel central na construção de processos educativos emancipadores. Sua função transcende a simples transmissão de conteúdos: trata-se de um mediador entre diferentes formas de saber — senso comum, saber popular e conhecimento científico — e um facilitador da consciência crítica.

Segundo Gohn (2011, p. 89), “o educador popular não é um transmissor de conteúdos, mas um mediador do diálogo, capaz de articular saberes e estimular a consciência crítica.” Esse papel rompe com a lógica tradicional da educação bancária, em que o educando é visto como um recipiente passivo de informações. Na Educação Popular, educador e educando constroem juntos o processo formativo, em uma relação dialógica e horizontal.

Paulo Freire (1996) enfatiza a importância de virtudes fundamentais para a atuação do educador popular: ética, humildade, escuta atenta, compromisso político e abertura ao diálogo. Para ele, “ensinar exige disponibilidade para o diálogo, rejeição a qualquer forma de discriminação, humildade, tolerância e luta em defesa dos direitos dos educandos.”

A prática pedagógica, portanto, não é neutra. O educador popular deve assumir-se como sujeito político, consciente de que sua atuação está inserida em disputas de poder e projetos de sociedade. Sua missão é contribuir para a formação de sujeitos críticos, capazes de interpretar a realidade e transformá-la.

Esse compromisso com a transformação social exige uma postura sensível às realidades locais, respeito à cultura dos educandos e disposição para aprender com a experiência do outro. A escuta ativa e o diálogo tornam-se, assim, ferramentas fundamentais na construção de vínculos e na mobilização de saberes.

Em suma, o educador popular é agente de transformação, comprometido com práticas pedagógicas que não apenas instruem, mas que emancipam. Sua atuação crítica e dialógica é indispensável para que a educação cumpra seu papel libertador na sociedade.

5 PROJETOS COMUNITÁRIOS: ESPAÇOS DE CIRCULAÇÃO DE SABERES E EMANCIPAÇÃO

Os projetos comunitários representam espaços privilegiados para a vivência da Educação Popular. Neles, diferentes sujeitos se reúnem em torno de necessidades concretas — como saúde, moradia, cultura e meio ambiente — e, a partir dessas demandas, constroem práticas educativas que valorizam o território, os saberes locais e a participação coletiva.

Esses projetos ampliam o campo da educação ao adotar metodologias participativas e ao reconhecer que todo espaço social pode ser também um espaço formador. Trata-se de experiências em que a cultura local é valorizada e o saber popular ganha centralidade no processo educativo. Para Streck (2014, p. 58), “a Educação Popular, ao articular ciência e saber popular, cria possibilidades de emancipação.”

Apesar de seu potencial transformador, tais projetos enfrentam inúmeros desafios: a escassez de recursos financeiros, a descontinuidade de políticas públicas e, muitas vezes, a resistência institucional à participação popular. No entanto, sua vitalidade não depende apenas do apoio externo, mas da força organizativa das comunidades envolvidas, que mantêm vivas práticas de solidariedade, resistência e participação.

É nesse contexto que a Educação Popular reafirma sua dimensão comunitária. Ela não se limita ao espaço da escolarização formal, mas se configura como prática cultural e política enraizada nas lutas sociais. A construção coletiva do conhecimento, mediada pela escuta e pelo respeito às vivências dos sujeitos, transforma esses projetos em verdadeiras escolas de cidadania.

Essas experiências revelam que a educação, quando vinculada às realidades locais e aos desafios concretos das populações, pode ser profundamente formadora — tanto para os educandos quanto para os educadores. É nesse encontro entre prática e reflexão, entre ação e conscientização, que a Educação Popular se fortalece como estratégia de transformação social.

6 CRÍTICA SOCIAL E EDUCAÇÃO POPULAR: O CINEMA COMO FERRAMENTA DE REFLEXÃO

O filme *Quanto vale ou é por quilo?* (2005), dirigido por Sérgio Bianchi, oferece uma crítica contundente à permanência das desigualdades sociais no Brasil e ao modo como projetos sociais, por vezes, assumem um caráter meramente assistencialista. A obra revela como certas iniciativas — mesmo travestidas de ação social — reproduzem lógicas de mercado, de exclusão e de dependência.

Essa representação dialoga profundamente com os princípios da Educação Popular, especialmente ao destacar a diferença entre práticas que apenas administram a pobreza e aquelas que promovem a emancipação dos sujeitos. Enquanto o assistencialismo reforça a passividade e a subordinação, a Educação Popular busca estimular a consciência crítica, a organização coletiva e a autonomia.



O filme atua como um espelho incômodo da realidade brasileira, evidenciando que nem toda ação social é, de fato, transformadora. Muitas vezes, sob o discurso da ajuda, reproduzem-se estruturas de dominação e silenciamento das classes populares. É nesse ponto que a Educação Popular se contrapõe: ela se recusa a naturalizar a exclusão e propõe caminhos de superação por meio do diálogo, da valorização dos saberes populares e da mobilização coletiva.

Como afirma Gohn (2011, p. 72), “a Educação Popular floresce nas práticas sociais como resposta às desigualdades, exclusões e silenciamentos históricos.” A análise crítica do filme permite, portanto, problematizar os limites do assistencialismo e reforçar a urgência de uma prática educativa comprometida com a justiça social e com a transformação estrutural da realidade.

A utilização do cinema como ferramenta pedagógica também ilustra o potencial da arte como mediadora de processos formativos. Quando integrado a uma prática crítica, o audiovisual torna-se instrumento de sensibilização, debate e politização, contribuindo para o fortalecimento da Educação Popular como prática libertadora.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS: EDUCAÇÃO POPULAR COMO PROJETO ÉTICO E EMANCIPADOR

Ao longo de sua trajetória histórica e das múltiplas formas de expressão prática, a Educação Popular consolidou-se como um caminho pedagógico e político voltado à valorização dos saberes do povo, à construção do diálogo e ao fortalecimento da consciência crítica. Mais do que uma metodologia de ensino, ela se constitui como um projeto ético, profundamente comprometido com a transformação social.

Ao articular senso comum, saber popular e conhecimento científico, a Educação Popular promove uma visão ampliada e inclusiva de educação, em que cada sujeito é reconhecido como produtor de cultura e de conhecimento. Essa abordagem rompe com modelos tradicionais de ensino, muitas vezes excludentes, e afirma uma pedagogia enraizada na realidade e nas lutas sociais das comunidades.

O papel do educador popular, nesse contexto, revela-se fundamental. Ele é um mediador sensível, ético e comprometido, cuja prática exige escuta, humildade, criatividade e posicionamento político claro. Longe de se limitar à sala de aula, sua atuação se dá nos territórios, nos projetos comunitários, nas associações, nas ruas e nos encontros cotidianos — sempre com o objetivo de contribuir para a emancipação dos sujeitos e a construção de uma sociedade mais justa.

Os projetos comunitários, por sua vez, demonstram que a educação pode (e deve) nascer das necessidades concretas das populações, transformando o cotidiano em espaço formador. Essas experiências — mesmo diante de adversidades — mantêm viva a dimensão política da educação e reafirmam o poder da organização popular.



Em um mundo marcado por desigualdades persistentes, como nos recorda o cinema e a própria realidade brasileira, a Educação Popular continua sendo uma prática de liberdade (FREIRE, 1987). Ela não se limita a transmitir informações; busca, sobretudo, formar sujeitos críticos, capazes de compreender, questionar e transformar a realidade que os cerca.

Portanto, reafirmar a Educação Popular é afirmar um horizonte de resistência, solidariedade e justiça social. É reconhecer que educar é, acima de tudo, um ato político — e que toda prática educativa tem o poder de oprimir ou libertar. Neste sentido, a Educação Popular permanece não apenas atual, mas necessária.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E MULTIMÍDIA

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação popular*. 31. ed. São Paulo: Brasiliense, 2002.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 21. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GOHN, Maria da Glória. *Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

STRECK, Danilo R. *Educação popular: saberes e práticas para a inclusão social*. Petrópolis: Vozes, 2014.

QUANTO vale ou é por quilo? Direção: Sérgio Bianchi. Produção: Sérgio Bianchi. Brasil: Agravo Produções Cinematográficas, 2005. 1 DVD (123 min), son., color.